

- MÁRCIA BRAGA UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
bragamarcia@hotmail.com
- CLAUDIA ZANATTA UFRGS
claudia.zanatta@ufrgs.br
- CERISE GOMES UFRGS
cerise.gomes@ufrgs.br

Arte participativa e vulnerabilidade social em tempos adversos: “convivendo na EPA”

O presente texto trata sobre uma articulação entre arte e cidadania a partir do desejo de incidir sobre um local específico de Porto Alegre, contexto esse que é compartilhado com outras cidades brasileiras. Tendo como ponto de partida o panorama existente atualmente em nosso país, o qual atinge todas as esferas da sociedade e vem ocasionando um desmanche de instituições de ensino público, em 2017, o grupo de pesquisa Cidadania e Arte¹ desenvolveu uma proposta de arte participativa em uma escola porto-alegrense voltada para alunos em situação de rua (Escola Porto Alegre – EPA – uma das duas únicas instituições de ensino brasileiras direcionadas a esse público em condição de extrema vulnerabilidade social)².

A EPA está localizada em um terreno dos mais valorizados na área central de Porto Alegre e mantém seu funcionamento devido à liminar judicial, pois o poder municipal vem buscando, há alguns anos, o fechamento da escola. A presença de moradores em situação de rua em locais economicamente muito valorizados não é considerada adequada pela ótica do capital, a qual define o zoneamento urbano mediante limites demarcados por quem pode ou não consumir a cidade. Nessa ótica, não se trata muitas vezes de viver a cidade, mas do direito à cidade estar vinculado ao direito de quem pode pagar por um território. Contraponto a esse entendimento, o historiador André Mesquita, lembrando David Harvey, escreveu que o direito à cidade “é muito mais que a liberdade individual incentivada pela competição e o capitalismo. É um direito comum que nos modifica a nós mesmos e ao lugar em que vivemos, e que dependerá sempre do exercício de um poder coletivo e criativo de muitas pessoas” (Mesquita, 2008, p. 59).

Também o sociólogo Jessé Souza, a partir de uma análise de décadas da constituição da sociedade brasileira, indica que parte da população em vulnerabilidade econômico-social estaria relegada ao que denominou de “ralé brasileira”, em uma situação de miserabilização. Segundo o autor, a falta de sucesso dessa “ralé” na sociedade capitalista seria atribuída à incompetência dos sujeitos, encobrimo o fato de que desde seu nascimento a maior parte da população brasileira é submetida à profundas desigualdades sociais: pobreza extrema, mínimo acesso à escolarização, para citarmos apenas alguns aspectos.

Pensar a arte não desvinculada do campo social leva a questionamentos cruciais sobre o papel que as práticas artísticas têm desempenhado no contexto brasileiro e sobre qual nossa responsabilidade como professores-pesquisadores-artistas produtores e reprodutores de capital

cultural simbólico e de subjetividades em contextos de adversidade. Como problematizar e inquirir sobre as relações entre arte, cidadania e experimentação poética foi o que buscamos enfocar ao nos aproximarmos da EPA.

Trabalhando com a noção de espaço dispositivo ao invés de espaço expositivo

A iminência latente do fechamento da EPA e, conseqüentemente, da tentativa de apagamento de uma proposta de mais de 20 anos voltada a pessoas em situação de rua em Porto Alegre levou-nos a perceber que o desafio era criar um modo de escutar essa demanda social por meio da arte. Pensávamos também em formas de fazer reverberar essa escuta, pois se estava em presença de uma situação que solicitava o compromisso e o posicionamento pragmático em relação contrária ao desmanche da EPA.

Nesse intuito, uma das referências importantes passou a ser a atuação do grupo paulista *Contrafilé*³. Este vem desenvolvendo sua prática artística vinculada a movimentos sociais, como, por exemplo, o ocorrido em 2016, referente à ocupação das escolas públicas por estudantes secundaristas. Naquele momento, *Contrafilé* discutiu esta forma de protesto e as ações dos movimentos sociais durante e dentro dos espaços das próprias escolas públicas de São Paulo, indicando um posicionamento não somente simbólico, mas efetivo de apoio à causa dos estudantes. Nesse panorama que, ao ser convidado para participar da exposição *Playgrounds* (2016)⁴, no Museu de Arte de São Paulo, o grupo propõe o que denominou de “espaços dispositivos” ao invés de “espaços expositivos”.



Figuras 1 e 2. Projeto para um Espaço Dispositivo e instalação Espaço-dispositivo para conversar sobre a escola que queremos: se a escola se repensa, o que acontece com os outros espaços. Contrafilé, 2016.

Fonte: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo

Falar em espaço dispositivo significa não trabalhar com a lógica da exposição no sentido de mostrar, exibir, tornar visível uma situação, e sim com a ideia de abrir lugar para que algo possa ser ativado, inventado, vivido, construído a partir de uma dada situação. Espaço dispositivo seria um disparador para fomentar debates, mas também para articular ação direta em relação a contextos específicos, muitos deles surgidos na urgência da necessidade de respostas imediatas às situações inesperadas que vêm se sobrepondo no campo político-social brasileiro atual. Ativaria, também, de forma experimental e intuitiva, outros modos de relacionar-se criticamente com o poder instituído. Assim inspirados em *Contrafilé*, na EPA passamos a

construir um espaço dispositivo (processual e coletivo) tendo a prática artística participativa como articuladora das relações entre arte e cidadania.

O espaço dispositivo e a metodologia participativa implicada

Na experiência de arte participativa desenvolvida na EPA, foi gerada uma metodologia que veio a ser denominada de *metodologia participativa implicada*. Assim a chamamos no sentido de deixar bem visível que se pactuava com o projeto político do parceiro, nos implicávamos com sua causa. Ou seja, havia o desejo de ir além de apenas incidir em um determinado contexto. Tomava-se posição clara no território do político.

Tendo como mobilizadoras as premissas espaço dispositivo e metodologia participativa implicada, foi gerado em 2017 o projeto *Cerâmica e Alimento*, o qual envolveu a realização de encontros semanais na EPA entre professores, alunos e artistas convidados externos à escola, com níveis de conhecimento diferentes em relação à produção cerâmica. Nesse processo, primeiramente, percebemos a necessidade de um convívio ao longo do tempo com a realidade da escola e de seus alunos devido à sua complexidade ao reunir pessoas com trajetórias de vida distintas e, muitas vezes, marcadas por grande sofrimento. Poucos dos participantes do projeto externos à escola (artistas, alunos de graduação em artes e em gastronomia, público em geral) conheciam ou haviam estado presencialmente na EPA antes da realização do projeto. Ou seja, o conhecimento do cotidiano das pessoas em situação de rua era muito precário por parte dos participantes externos à escola, havendo uma visão estereotipada a respeito da pessoa em situação de rua.

A teórica Suely Rolnik sublinha outro aspecto importante relacionado à essa população marginalizada, ao chamar atenção para o que denomina de subjetividade lixo:

Uma barreira imaginária separa os habitantes destes mundos, os quais têm sua consistência própria ignorada e encoberta por identidades-estigma, imagens fantasmagóricas por meio das quais são representados. Nestas imagens, a miséria material é confundida com miséria subjetiva e existencial, mais precisamente com uma miséria ontológica, a qual passa a definir a suposta essência destes seres. Isto faz com que lhes seja atribuído o lugar de subjetividades-lixo na hierarquia que rege a distribuição de categorias humanas nos mapas perversos deste regime – mapas geopolíticos e, mais do que isso, cartografias de cores de pele, estilos de vida, códigos de comportamento, classes de consumo, línguas, sotaques, faixas de frequência cultural, etc. (Rolnik, 2003, p. 2)

Cerâmica e alimento caminhou no sentido de aproximar o conhecimento gerado na escola a outros saberes vinculados ou não à academia, a partir da troca entre artistas convidados e pessoas em vulnerabilidade social. Em cada encontro semanal, dois convidados externos à EPA desenvolveram junto aos alunos em situação de rua uma troca de saberes, objetivando a realização de um objeto por cada participante: uma pequena tigela de cerâmica. O conhecimento vivido durante a produção das tigelas, a curiosidade e o espanto com as tantas possibilidades imprevisíveis nas misturas de diferentes cores e texturas das argilas trabalhadas, muito além de uma *práxis* meramente funcional, envolveu saberes teóricos e o fazer poético. Abarcou também aspectos imateriais como memória, afetos e ritmos distintos de experimentar outros modos de estar juntos na escola e, em âmbito ampliado, na cidade.



Figura 3. *Cerâmica e alimento*, 2017. Alunos e participantes modelando tigelas.
Foto: Márcia Braga



Figura 4. *Cerâmica e alimento*, 2017. Momento de trocas em sala de aula.
Foto: Márcia Braga

Após a produção das peças cerâmicas, foi realizado na EPA um almoço coletivo aberto à comunidade no qual foram utilizadas tigelas produzidas nos encontros semanais e outras doadas por artistas porto-alegrenses. Nos vasilhames foram servidos alimentos preparados na cozinha da própria escola pela comunidade. Durante o evento, alunos, professores e público externo confraternizaram em um momento único construído a partir do compartilhamento do alimento. Moradores em situação de rua e comunidade em geral almoçaram conjuntamente e as tigelas puderam ser comercializadas na própria rua.

Trabalhar com poética é ir se desenvolvendo, construindo e modificando no processo do encontro. Embora houvesse um contexto *a priori*, outro foi gerado a partir do convívio ao longo do projeto entre os partícipes do projeto. Compartilhar tempo e espaço com a população em situação de rua, frequentadora da EPA, permitiu mesclar muitas realidades, diferentes cheiros de pele, falas, origens e trajetórias. Provavelmente estas trocas tenham feito com que ideias preconcebidas e alguns preconceitos fossem dissolvidos nesse contato com a presença de cada ser humano não como um ser humano genérico, mas único, com inquietudes, desejos e sonhos, como Stephane (a quem este artigo é dedicado, pois faleceu em 2017), Rita e Adroaldo. Passar a conviver com a realidade da EPA ao longo dos meses revelou que há muita solidariedade e criatividade para enfrentar as situações adversas junto a um cotidiano repleto de dificuldades e



Figura 5. *Cerâmica e alimento*, 2017. Evento de confraternização.
Foto: Márcia Braga

de conflitos das mais variadas ordens (lutas por espaço seguro nas ruas, por alimentação, por abrigo, situações de gravidez sem nenhum amparo, poucas condições para o cuidado do próprio corpo, questões envolvendo indivíduos expostos, humilhados e que deveriam ter assegurada sua privacidade por terem feito da rua sua casa na maior parte das vezes por essa ser a única opção em um país caracterizado por uma enorme desigualdade social).

Transitou-se em meio ao risco do desconhecido em relação à um partícipe muito diferente do qual estamos habituados. Estarmos juntos permitiu perceber como foi gerada a situação de rua de cada aluno a partir de seu próprio relato, de sua humanidade e não somente a partir de estatísticas que, muitas vezes, disfarçam realidades. Quando resolvemos estar juntos ao longo do tempo, mais do que tratar sobre o assunto de uma escola voltada às pessoas em situação de rua no sentido de sarjeta quisemos provocar um embate com as forças que situam, denominam e restringem esses territórios apenas como empobrecidos e marginais. Forças que caracterizam e afirmam essas pessoas como uma massa unívoca e homogênea, que tem seu papel vinculado ao de seres vitimizados e produtores de “subjetividades-lixo”.

Considerações finais no intuito de prosseguir

Quem sabe se poderia *re-encontrar* alguma humanidade quando se come juntos uma mesma comida em um pote feito por diferentes mãos. Um pote feito com terra (o material mais básico e tão necessitado de cuidado atualmente), com história. Algo feito lentamente para receber o alimento também preparado com cuidado.

No caso específico do Cerâmica e Alimento na EPA, artistas, pessoas em situação de rua e professores buscaram gerar um espaço dispositivo que lhes possibilitasse estar, criar e alimentar-se juntos, mesclando prática artística participativa e ação direta, embaralhando os papéis de cada partícipe (as noções de arte, artista, o propositor, participante foi substituída pela noção de cidadão) nesse processo. A escolha em trabalhar com a noção de espaço dispositivo ao invés de expositivo permitiu que não se identificasse ou se separasse quem era artista ou não, pois todos participaram fazendo as tigelas e estando juntos. Não se operou tampouco com a noção de autoria.

Como a arte pode articular sentidos contrários aos esperados pelo poder público instituído (que o que deseja no contexto específico da EPA é fechar a escola, produzir invisibilidade e apagamento), gerar uma força de resistência e outras formas de existir nesse encontro com vidas que são marginalizadas. Ao escolhermos tomar posição clara no território do político, no sentido de apoiar a luta da escola pela sua manutenção, percebemos que nem por isso a prática artística teve sua força disruptora e crítica amortizada; muito pelo contrário.

Realizar o projeto em uma escola municipal que está funcionando sob liminar, pois não é considerada relevante pelo poder público também foi um gesto simbólico e efetivo importante. Esse espaço, além de ser um centro de educação, é um lugar ao qual os moradores podem recorrer, pois têm amigos ali (os professores, funcionários), há as máquinas para lavar as roupas, caso queiram, os chuveiros, o pátio para descansar sob as árvores, o atendimento jurídico, a biblioteca, a quadra de jogos e o lugar para fazer alguma comemoração. O projeto oportunizou também que os alunos dos cursos de Artes Visuais e de Gastronomia saíssem temporariamente do isolamento da academia para conviverem com a realidade da escola e de seus estudantes. No entanto, mais importante foi conhecerem uma escola pública que busca qualidade no atendimento a uma parcela considerada a ralé brasileira e que muitos dos cidadãos entendem que deveria ser invisibilizada.

Em um panorama atual no qual não temos garantia quase de nada: nem de que a escola vá permanecer funcionando, nem de um futuro para seus alunos, a arte conta com ferramentas que podem questionar essa situação ao conectar um fazer próprio, útil e poético, valorizando-o com um saber que todos temos e no qual podemos exercitar uma percepção subjetiva e, quem sabe, vivenciar uma humanidade outra muito diferente da que temos presente em nosso país quando escrevemos esse texto, em uma semana na qual se completam 25 anos da chacina da Candelária⁵.

Bibliografia

EPA. Site da escola. <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/>

Freire, P. (2004). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo, Brazil: Ed. Paz e Terra.

Grupo Contrafilé. (2016). *A batalha do vivo, secundaristas de luta e amigos*. Disponível em: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo

Mesquita, A. (2008). *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas, USP, São Paulo.

Rolnik, S. (2003). Alteridade a céu aberto. O laboratório poético-político de Maurício Dias & Walter Riedweg. In *Posiblemente hablemos de lo mismo*. Catálogo da exposição da obra de Mauricio Dias e Walter Riedweg. Barcelona, España: MacBa, Museu d'Art Contemporani de Barcelona.

Santos, R. F. (2017). O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Souza, J. (2009). *Ralé Brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte, Brazil: Editora UFMG.

NOTAS

1. Cidadania e Arte é um grupo originado no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014, vincula-se à linha de pesquisa “Arte pública participativa: articulação entre poética e cidadania”. Para mais informações consultar: <https://cidadaniaearte.wordpress.com/>
2. Renato Farias dos Santos, em sua dissertação de mestrado intitulada *O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da Epa*, apresenta uma série de dados sobre a situação da comunidade junto a qual a EPA atua. Segundo o autor, o Censo (IBGE) de 2010 mostrava que Porto Alegre tinha uma população de 1.409.351 habitantes (estimada em 2017 em 1.484.941), sendo que, nesse momento, 2.115 destes habitantes (adultos) viviam em situação de rua. A crise dos últimos anos agravou esta situação a ponto de alguns locais, como o viaduto da Borges de Medeiros, localizado no centro da cidade, acabarem se transformando em um grande acampamento coletivo, escancarando uma realidade absolutamente dolorosa. Nesse contexto, a EPA busca desenvolver uma proposta de emancipação pessoal e social da população em situação de rua, tendo como base a pedagogia freireana. Em 2017, a faixa etária dos estudantes matriculados na EPA era entre 30 e 33 anos, sendo 75% dos estudantes homens e 25% mulheres e destes 60% negros (pretos/pardos), 35% brancos e 5% indígenas. Este espaço educativo constitui-se, portanto, como um lugar de resistência à medida que acolhe esta população, entende sua realidade e a partir dela fomenta uma educação afetiva e inclusiva.
3. O Contrafilé é formado pelos artistas e educadores Cibele Lucena, Jerusa Messina, Joana Zatz Mussi, Peetssa e Rafael Leona, foi criado no início dos anos 2000, em São Paulo, e desenvolve uma prática artística vinculada ao meio urbano contemporâneo.
4. *Exposição Playgrounds* (2016) no Museu de Arte de São Paulo (Masp). Contrafilé participou a través do Espacio-dispositivo para conversar sobre a escola que queremos: se a escola se repensa, ¿o que acontece com os outros espaços?
5. Informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/25-anos-apos-chacina-da-candelaria-protacao-a-crianca-tem-falencia-no-rj.shtml>